

A avaliação Universitária na Perspectiva da Pós-Modernidade

Pedro Goergen*

Resumo: O texto trata da crise dos pressupostos iluministas da universidade e do significado desta crise para a avaliação. A universidade é tributária dos princípios modernos da Razão e do Estado que inspiraram, respectivamente, o modelo alemão e francês de universidade. Razão e Estado são dois conceitos que, no contexto das tendências globalizantes da economia e da reação pós-modernista ao imperialismo racionalista moderno, estão sendo seriamente questionados. Pretende-se mostrar que esta desestabilização afeta a universidade em seus alicerces, implicando na necessidade de se repensar a instituição do ponto de vista epistêmico na produção e ensino de conhecimentos. Este repensar radicaliza e amplia o processo avaliativo que, além da avaliação dos aspectos performáticos da universidade, deve incluir na sua agenda a avaliação da instituição enquanto tal, indagando sobre seu sentido e função no próximo milênio, no novo cenário que se anuncia.

Palavras-chave: Avaliação, Universidade, Estado, Razão, Modernidade, Pós-modernismo.

Abstract: This text deals with the crisis of enlightenment presuppositions of the university and of the meaning of this crisis for evaluation. The university is the source of the modern principles of Reason and of the State which inspired, respectively, the German and French models of the university. Reason and the State are two concepts that, in the context of globalizing tendencies of economy and the post-modern reaction to modern rationalistic imperialism, are being seriously questioned. We intend to demonstrate that this destabilization affects the university in its foundations, implying the necessity for rethinking the institution from the point of view of its political-social function with and inside the State, as well as from the epistemic point of view of the production and teaching of knowledge. This rethinking radicalizes and amplifies the evaluation process that, along with the evaluation of the performance aspects of the university, must include in its agenda the evaluation of the institution as such, inquiring about its meaning and function in the next century, in the new scenario that is being announced.

Key-words: Evaluation, University, State, Reason, Modernity, Post-modern.

“Caída nos acontecimentos transicionais, expulsa do seu refúgio estatal para as ruas do mercado, deslocada de seus hábitos, de seu paradigma, de sua familiaridade, sua tradição, a universidade reclama, urgentemente, um pensamento que a oriente em meio ao bosque mercantil.”
(Thayer, 1996:190).

“Como levar a cabo hoje um programa que defenda uma ética universal, uma concepção pluralista da razão, que respeite suas diversas dimensões, e não esqueça as críticas pós-modernas aos projetos de fundamentação?”

(Mardones, 1990:32)

Introdução

O objetivo do presente texto é submeter à atenção do leitor de “Avaliação” algumas reflexões sobre os pressupostos da avaliação universitária. Não se trata de um texto operacional a respeito de como se deve ou não avaliar, mas da tentativa de formular algumas questões sobre o significado que tem para a universidade a crise de seus pressupostos iluministas. Penso que esta reflexão é oportuna no momento em que a universidade pública brasileira, aquela que produziu e ainda vem produzindo a maior parte da ciência e tecnologia nacionais, deve temer por seu futuro, devido à política privatista neoliberal.

Ao longo dos últimos anos, a universidade vem sendo instada a prestar contas de suas ações à sociedade. Não é de toda verdade, como muitas vezes se insinua, que a universidade nunca tenha prestado contas, pois, relatórios científicos, publicações, bem como

* Unicamp

os resultados da formação profissional e prestação de serviços sempre estiveram à disposição do público. Mas talvez não o tenha feito na forma mais adequada. É preciso deixar claro também que a universidade vem tentando responder às exigências de maior transparência através dos esforços avaliativos que vêm sendo realizados pela maioria das instituições de ensino superior do país. À razão dos que opinam que “a avaliação deste desempenho deverá ter por base análise qualitativa das atividades de ensino, pesquisa e extensão” (CRUB, 1988, p.14)* pode-se acrescentar, sem temor, que a avaliação quantitativa é igualmente importante.

No entanto, a avaliação, que busca averiguar o desempenho da universidade no exercício das funções de ensino, pesquisa e prestação de serviços, que lhe foram atribuídas no contexto da modernidade e, portanto, herdaram seu espírito, funda-se na suposta estabilidade e legitimidade dos pressupostos epistêmicos e sociais modernos. A universidade que conhecemos é uma instituição moderna que se alicerça nos dois pilares básicos do iluminismo: o Estado e a Razão. Ora, tanto o exercício do poder político-econômico pelo Estado-nação quanto o exercício da racionalidade moderna encontram-se hoje em crise e sua desestabilização reflete-se sobre a universidade. Estado-Nação e Razão moderna são conceitos que, quando não considerados ultrapassados, como entendem os globalistas e pós-modernistas (Lyothard), necessitam, no mínimo, novamente legitimar (Habermas) seus fundamentos. Se, portanto, compreendemos a universidade como instituição (ainda) moderna, cujos encargos se fundam sobre o projeto iluminista, já em crise, e se entendemos a avaliação como uma averiguação da performance da universidade nestas funções, é conseqüente supor que ela também esteja sendo diretamente afetada por esta crise, e que, por isso, além de justificada, é necessária uma reflexão sobre o significado dessa crise para a universidade. O eixo do presente trabalho é, portanto, lançar a pergunta: o que significa para a universidade a crise da

modernidade, em especial dos conceitos de Estado-nação e racionalidade?

As considerações que pretendo fazer afetam a avaliação apenas indiretamente, ou seja, trazem para o debate os fundamentos do proceder avaliativo e sugerem a inclusão de uma nova dimensão na avaliação: como a universidade está pensando a si mesma ante as profundas transformações epistêmicas e sócio-institucionais que vêm ocorrendo nos dias atuais. A análise concentra-se em dois conceitos (Razão e Estado), sabendo que há muitos outros que poderiam igualmente ser submetidos a semelhante exame, como, p. ex., indivíduo, história, espaço, classe, cultura, sociedade etc. Reconhecendo, a validade dos esforços que vêm sendo feitos no sentido de tornar a universidade mais transparente aos olhos

**... o que significa para a
universidade a crise da
modernidade, em especial
dos conceitos de Estado-nação
e racionalidade?**

da sociedade, deseja-se extrapolar os limites dessa discussão convencional do assunto, ampliando-o através da inclusão do debate sobre o confronto da universidade, enquanto instituição social, com as transformações que a sociedade vem sofrendo e que, a meu ver, afetam-na de tal modo que, ao longo das próximas décadas, assistiremos ao surgimento de uma nova academia. Quais serão suas características e que semelhanças esta nova academia ainda preservará com a que temos hoje ainda não sabemos.

Se a crise da modernidade desestabiliza, conforme pretendo mostrar, aqueles dois ancoradouros, antes mencionados, - o Estado e a Razão -, é preciso perguntar se eles podem continuar sendo os paradigmas fundantes e legitimadores do proceder universitário. Minha suposição é que a instituição universitária deve reorientar-se neste novo contexto e, em razão disso, a teoria e prática avaliativas necessitam ser ampliadas através de novo espaço reflexivo que ultrapasse a simples averiguação do desempenho da universidade e atinja questões fundantes, concernentes ao modelo universitário em si, na perspectiva do novo contexto social e epistêmico que se anuncia para o próximo século. A maior dificuldade desse procedimento, como já reconhecem os pós-modernistas no referente à sua crítica à racionalidade moderna, é que só é possível criticar a racionalidade desde o interior dela mesma. Igualmente, o crítico da universidade não dispõe de um ancoradouro externo à universidade, a partir do qual possa proceder sua análise: não lhe resta alternativa senão servir-se do próprio discurso acadêmico para analisar o acadêmico. Se o discurso interno pode ser considerado vicia-

* Sobre as funções da avaliação veja-se o artigo de S.Schwarzmann “Funções e Metodologias de Avaliação do Ensino Superior”, in: CRUB, Estudos e Debates 14, pg.21-45. Nesta mesma publicação constam vários outros posicionamentos tanto de reitores quanto de outros autores sobre o tema da avaliação.

do e o externo inadequado, talvez a confluência de ambos, do olhar externo e do olhar interno, represente a fórmula mais madura para avaliar a especificidade do trabalho universitário. A isto pretende-se aqui acrescentar a perspectiva do olhar crítico que, como é próprio da filosofia, tem como objetivo propor alguns questionamentos sobre a resignificação da universidade no cenário das transformações que vivemos.

Vou desenvolver a argumentação em três passos: Primeiro, descrevendo a universidade como uma instituição cujo sentido e tarefas são redefinidas a partir da modernidade em substituição ao modelo medieval que a precedeu. Enquadram-se neste contexto tanto a vertente alemã quanto a francesa, como procurarei mostrar. Em segundo lugar, destacando a relação entre universidade e poder, ou seja, entre universidade e Estado, desde sua recriação na modernidade, e mostrando como o desmonte do Estado na contemporaneidade se reflete no desvanecimento dessa relação. Depois, revelando como, no tocante à relação entre universidade e saber, a crise do conceito moderno de razão se manifesta neste contexto. Destes pontos procuro extrair algumas considerações sobre o repensar da universidade que me parecem importantes para uma agenda de avaliação.

1. A Instituição da Universidade Moderna

A universidade moderna tem duas vertentes principais. A primeira assenta no discurso filosófico de Fichte, Schleiermacher e Humboldt que representa seu esforço de definir as características essenciais e fundantes da universidade de Berlim (1810). Seu projeto é o de uma universidade especulativa. A outra vertente remonta ao pensamento de Condorcet, Taine, Saint Simon e Comte que converge na refundação da Universidade de Paris (1806). O modelo alemão, que regride ao pensamento de Kant, enfatiza a autonomia especulativa do saber; o modelo francês, que se alinha ao pensamento de Descartes, coloca ênfase no caráter instrumental da universidade como provedora de forças profissionais. (Thayer, 1996:12) O modelo humboldtiano tem sua raiz num esquema teleológico/especulativo, e o modelo napoleônico no instrumental. De forma abreviada e geral, pode-se dizer que os objetivos da universidade moderna se definem enquanto investigação

especulativa ou investigação instrumental, que deveria desembocar em melhoria e progressão social, movimento do qual a universidade se compreendia sujeito, sendo a um tempo sua fonte e vigia críticos.

1.1 O modelo francês cartesiano-napoleônico

A passagem da universidade medieval, inserida na universalidade latina, para a universidade e universalidade nacional modernas, teve seu impulso maior no pensamento de Descartes. Poucos autores exerceram tanta influência quanto ele sobre a educação, embora tenha sido matemático e filósofo e não educador. Mesmo tendo escrito muito pouco sobre educação, sua obra fecha a porta de uma era e abre a de outra. Nesta passagem, instaura-se um regime de emancipação do sujeito autônomo em contraposição à submissão imposta ao homem na Idade Média, com a promessa de, em contrapartida, conduzi-lo ao desti-

no que lhe teria sido desde sempre reservado. Num gesto de superação das finitudes e enclausuramentos medievais, o sujeito moderno se autoengendra autonomia, universalização e se

O modelo alemão, que regride ao pensamento de Kant, enfatiza a autonomia especulativa do saber; o modelo francês, que se alinha ao pensamento de Descartes, coloca ênfase no caráter instrumental da universidade como provedora de forças profissionais.

promete progresso sem fim pelo uso adequado de uma nova racionalidade (Kant). Livre da perfectibilidade amoldante medieval, o sujeito moderno se autoproduz através da racionalidade secularizada e universal que, vazada em lógica de linguagem matemática, seria capaz não só de, através de categorias simples e universais, explicar qualquer realidade, mas de dominá-la em seu próprio proveito.

A universidade moderna assume estas características, buscando tornar-se uma instituição supraterritorial e supralingüística. O local, o regional, o emocional, as línguas maternas e os dialetos locais cedem lugar aos princípios e à linguagem universais.

“O sujeito moderno vontade de sujeitar-se a si e o resto, sem estar ele, por sua vez, sujeito, e sem ficar cativo de suas próprias ordenações, esse sujeito, esse espírito universitário, tem que produzir e assegurar permanentemente as condições de sua autonomia, neutralizando até a apatia e a indiferença as inclinações e motivos, os preconceitos e cláusulas”. (Thayer, 1996:98)

O sujeito moderno busca a neutralidade, a universalidade e a impessoalidade, distinguindo rigida-

mente o enunciante do enunciado e conferindo ao processo de conhecimento o caráter de objetividade. Descartes encontrou na matemática a ciência padrão desta forma de conhecer e sugere, por isso, que todo o conhecer que se pretenda objetivo e científico se submeta aos seus parâmetros. Instaura-se um novo discurso cuja gramática será a matemática. Os demais conhecimentos, embora necessários à vida, ficam excluídos do conhecer científico. Desta maneira, anuncia-se o fim da universidade antiga, ficando estabelecida uma nova arquitetura epistemológica, livre dos fundamentos da filosofia e da própria vida greco-latinas que, ao contrário do que se impunha agora, viam na busca do bem e do incomensurável o ideal superior do ser humano. Para livrar-se do peso da tradição metafísica teve que limpar o terreno, criar o descampado, cavar um valo de separação. E o fez através da dúvida metódica cartesiana que declarou nulo, em termos de conhecimento “claro e distinto”, tudo o que antes houvera sido. A dúvida metódica é o desmonte da fé, saber inoculado no homem, demolição da palavra antiga greco-romana, e sua substituição por uma palavra nova, de ordem e medida, moderna. Enfim, constrói-se uma nova ordem em lugar da ordem antiga. A universidade moderna, cartesiana, arranca a raiz transcendental de sua estrutura medieval na qual o horizonte de sentido e o fundamento do método são metafísicos. A matriz do sentido passa a ser a natureza cuja lógica também fundamenta o método. Através da dúvida metódica a própria subjetividade é objetivada, passando a fazer parte da ordem exterior.

“Neste sentido, o sujeito-saber interiormente decidido não é contemplativo-reflexivo, mas ativo-possessivo. Não se trata já de uma filosofia especulativa, mas de uma filosofia útil, que possibilite o domínio da totalidade e instale a humanidade como amo e senhor da natureza e da história” (Thayer, 1996:103)

O modelo francês de universidade, assumindo este espírito cartesiano de ordem e medida, se encaminha como instituição própria do saber objetivo, finalizado e profissional que, em termos teóricos e práticos, tem como meta o domínio e instrumentalização da natureza. A nomeação da ordem, de sua estrutura e leis, segundo Comte objetivo único da ciência, abria a possibilidade de dominar seus mecanismos, servir-se deles. Nominar é a ciência, dominar a técnica. Este

seria, de ora em diante, o sentido da ciência e o mecanismo do progresso.

A universidade, como agência privilegiada de produção do saber, é colocada na esteira desta nova ideologia do progresso. Já a partir de Descartes, a universidade moderna se desenha como a universidade da razão instrumental (Adorno). A vocação que ela mesma se dá é a de ser o saber do saber secularizado, que expulsa do imaginário todos os demônios metafísicos. Isto significou o descrédito da razão filo-

sófica e a aceitação pronta não só das leis da natureza mas também dos poderes estabelecidos. A razão submete-se à lei natural e a universidade que aceita esta racionalidade positivista-técnica submete-se ao Estado. Mas todo o seu discurso antimetafísico per-

manecia totalitário e universalizante. Um discurso que ao olhar posterior dos críticos do iluminismo parecerá novamente metafísico. O pós-modernismo, a versão mais atual da crítica ao iluminismo, é, precisamente, a reação ao pressuposto metafísico moderno da universalidade da razão.

A universidade cartesiana moderna assumirá a crítica à transcendentalidade medieval, reconhecendo que tudo tem uma razão que pode ser desvendada pela própria razão humana, sem recursos exteriores. Este será o princípio norteador, projeto e programa de toda a sua estruturação. O olhar secularizado, suficientemente arguto, seria capaz de descobrir a razão de todas as coisas. Mas, e isto é distintivo da versão francesa, a universalidade do saber deve desembocar na universalidade do progresso. A transformação dos modos de produção e a transformação da ciência condicionam-se mutuamente, pela exigência do progresso técnico. A universidade, como a sede do saber e propulsora do progresso, é colocada no âmbito de influência da vontade de eficácia do poder político moderno. Já não busca verdades a-históricas, originais e últimas, mas serve à criação de conhecimentos e técnicas destinadas a produzir. Torna-se uma instituição técnica a serviço do Estado, guiada pela estrela da narrativa do progresso que a modernidade desenhava como o caminho da humanidade, a partir do uso adequado da razão (Kant). Sob a nova fé racional da universalidade do progresso conduzido pela ciência, a universidade torna-se missionária de uma teleologia do *logos* prático, a serviço do poder político moderno. Torna-se, no modelo cartesiano, uma universidade técnica-estatal, fundada sobre a fé no metarelato do progresso. (Thayer, 1996:119 e 120) Não

O modelo francês de universidade tem como meta o domínio e instrumentalização da natureza.

se transformou, portanto, o caráter de universalidade, com a diferença de que na Idade Média ele era metafísica e anteriormente dado, e agora algo que devia ser construído com os recursos da ciência. Finalmente, a universidade cartesiana (iluminista) se transforma numa universidade comteana (positivista) e napoleônica (estatal). “A idéia cartesiana de universidade, idéia da ilustração francesa, será historicamente executada como universidade estatal docente, regida pelo interesse do Estado, centro de formação de burocratas secularizados, peritos da administração” (Thayer, 1996:120)

Um duplo vínculo ligará a universidade moderna, de vertente francesa, ao Estado moderno: será sua servidora técnico-profissional e seu guia crítico-espiritual, sendo este aspecto mais próprio do modelo alemão. São funções contraditórias uma vez que, enquanto criadora de saber e formadora de profissionais, estará umbilicalmente ligada aos interesses econômicos do Estado ilustrado, e, enquanto guia reflexivo busca preservar sua autonomia para o distanciamento crítico das ações do Estado. Esta contradição veio a ser, depois, a contradição medular da universidade capitalista e continua presente na avaliação, cujo enfoque está condicionado pelo olhar a partir do qual lê a ação da universidade: como instituição prestadora de serviços científico-técnico-profissionais para o modelo econômico hegemônico ou como instituição independente que atua como consciência crítica da ação do Estado e dos fundamentos e rumos da sociedade.

2.2 A universidade reflexiva alemã

Segundo M.Heidegger, a moderna universidade alemã teria sua origem na vontade prussiana de resistir espiritualmente ao projeto educacional subjacente ao poder napoleônico. O propósito era construir um modelo de universidade que se distinguisse da universidade cartesiana napoleônica, marcada por seu viés científico-técnico-profissionalizante. A universidade de Berlim foi a instituição na qual foram modeladas, com a participação dos mais importantes filósofos da época, as idéias do que viria a ser a universidade alemã. Sua orientação básica seria a alternativa especulativa ao modelo francês que, como vimos, estava orientada para a operacionalização técnico-prática do saber a serviço dos interesses do Estado. Os alemães invertem a fórmula francesa que colocava em

linha de prioridade o Estado e a seu serviço a universalidade, e concebem o Estado como resultado da filosofia. É o espírito especulativo que, independente de condicionamentos, se encarna no sistema. Na verdade, sabe-se que tal opção é histórica.

“Os grupos da burguesia em ascensão haviam fundamentado sua exigência por uma nova liberdade social mediante a razão humana universal. Confrontavam a crença na eternidade divina de uma ordem restritiva com a sua crença no progresso, e um futuro melhor. Contudo, razão e liberdade não extrapolam o interesse daqueles grupos, que se opunham mais e mais ao interesse da maioria. Aos questionamentos acusadores a burguesia dava uma resposta decisiva: a cultura afirmativa. Em seus traços fundamentais ela é idealista. Às necessidades do indivíduo isolado ela responde com a característica humanitária universal; à miséria do corpo, com a beleza da alma; à servidão exterior, com a liberdade interior; ao egoísmo brutal, com o mundo virtuoso do dever.”
(Marcuse, 1997:98)

Para os mentores intelectuais da universidade alemã como Fichte, Schleiermacher e Humboldt, a plenitude da verdade não era sua desembocadura técnico-instrumental, mas espiritual-especulativa. A ciência tem sua finalidade na verdade e a verdade basta a si mesma. Privada

deste centro especulativo desinteressado, a seu ver, a universidade correria o risco de dissolução ao nível dos diversos interesses que colocariam a perder sua identidade, autonomia e unidade. Seguindo esta forma de pensar, a universidade alemã será, antes de mais nada, a universidade da ciência que descansa sobre si mesma e não uma universidade do saber aplicado e das profissões. O saber, segundo esta concepção, não se inclina ante a necessidade de instrumentalização, mas se compraz em sua auto-suficiência, seguindo inabalável seu caminho, usando resultados obtidos como ponto de partida para novos avanços. Neste sentido, eles determinaram a idéia de universidade, separando estritamente o reflexivo do objetivo, o mundo científico do profissional. A universidade alemã tornou-se uma universidade especulativo-filosófica, resistente ao Estado que procura capitalizar para si o potencial da universidade. Tarefa da universidade será investigar a verdade por ela mesma, a busca desinteressada do conhecimento, convencida, porém, de que estes conhecimentos ser-

Finalmente, a universidade cartesiana (iluminista) se transforma numa universidade comteana (positivista) e napoleônica (estatal).

virão à orientação do Estado. A universidade encontra-se solitária na sua missão de investigar a verdade para o que lhe deverão ser garantidos recursos e plena liberdade. A busca da verdade, o interesse maior do ser humano, não pode, por isso, ser interrompida nem canalizada por forças externas. A liberdade de ensino e pesquisa (*Lehre und Forschung*)¹, os dois princípios programáticos da universidade alemã, são bem o símbolo do quanto este modelo universitário zelava, até o nível do individual, por sua olímpica independência e liberdade. Inverte-se, portanto, a relação entre universidade e Estado. Ao passo que no modelo francês a universidade se submete aos interesses do Estado, no modelo alemão é o Estado que deve orientar-se nas verdades estabelecidas pelos caminhos reflexivos da razão, manejada pela universidade. Para os idealizadores da universidade alemã não é o conhecimento que deve subordinar-se à pragmática, mas a pragmática à verdade. Ela encarna um conceito de cultura, criticado por Marcuse, como um conceito

“em que o mundo espiritual é retirado do todo social e por essa via a cultura é elevada a um (falso) coletivo e a uma (falsa) universalidade. Esse conceito de cultura (particularmente caracterizado em variantes como cultura racional, cultura germânica ou cultura romanística) joga o mundo espiritual contra o mundo material, na medida em que contrapõe a cultura enquanto reino dos valores e dos fins autênticos ao mundo social da utilidade e dos meios”. (Marcuse, 1997:95).

Ao contrário do que possa parecer, este modelo especulativo não representa, por si só, um distanciamento com relação às questões práticas. Antes ao contrário, o princípio unitário da verdade garante coincidência entre a verdade especulativa e os ideais da vida social e política. O fulcro da universidade alemã está na busca desinteressada do conhecimento.²

1 É esclarecedor observar que este modelo não inclui a ‘prestação de serviços à comunidade’ como terceiro polo de responsabilidades da universidade, conforme comumente se entende hoje.

Este breve recorrido por estes dois modelos de universidade destaca, portanto, Estado e razão, como os dois eixos mestres em torno do qual se estrutura a universidade moderna. É claro que estas duas fórmulas nunca foram nem teriam se mantido assim puras e separadas como esquematicamente aparecem nos parágrafos anteriores. Seus limites e divisas tornaram-se

difusas e se sobrepujaram, levando a uma interpenetração e acoplamento de ambas numa mesma instituição universitária. Isto, no entanto, não impe-

de que continuem sendo os princípios norteadores da universidade contemporânea. E, como já foi dito, reside neles uma das contradições ou dilemas centrais da universidade atual: deve ela voltar-se para o prático ou preservar sua autonomia especulativa? Tendo em vista que qualquer avaliação institucional está diretamente relacionada aos objetivos da instituição a ser avaliada, este pressuposto dilemático da universidade interfere também na avaliação. Em outras palavras, a avaliação está diretamente relacionada às funções da universidade no contexto contemporâneo. O que se pretende mostrar, a seguir, é como, a partir da crise dos pressupostos antes mencionados, ou seja, da crise das categorias modernas clássicas do poder (Estado) e do saber (Razão), a própria universidade deve submeter-se a um processo de reflexão crítica, uma vez que as profundas transformações que vêm ocorrendo afetam centralmente sua função na sociedade contemporânea.

2 Schleiermacher assume uma posição diferenciada e crítica no tocante a esta questão. O temor de que as ciências, entregues a si mesmas, cada vez mais se moverão num círculo especulativo infecundo, distanciado da prática faz Schleiermacher, de um lado, abrir mais espaço ao profissionalismo sob a condição, de outra parte, de que, sejam quais forem os caminhos seguidos pela universidade, estes sejam sempre guiados pela perspectiva teleológica da faculdade reflexiva. “Diante de uma universidade pouco a pouco inclinada às profissões pelo interesse econômico estatal, Schleiermacher queria assegurar que o horizonte instrumental ficasse institucionalmente circunscrito no horizonte especulativo”. (Thayer, 1996:129)

2. A Crise das Categorias modernas de Estado e Razão

2.1 A crise da categoria “Estado”

O Estado encarregou-se de generalizar a ilustração, fazendo dos princípios modernos seus próprios dogmas que repetia com toda força. A sociedade nacional com sua constituição, governo, símbolos, sua história e sistema de relações internas tornou-se o paradigma da produção material e intelectual. Não quero defender aqui a idéia de que o Estado-nacional com suas identidades e momentos esteja desaparecendo e sendo substituído por uma nova realidade que seria a sociedade global. O que está em processo, e isso não se pode negar, é o surgimento de uma nova realidade - a sociedade global - que no conjunto de suas relações, processos e estruturas constitui um objeto novo muito embora o Estado-nação subsista e não tenha perdido a sua importância. “O Estado nação (...) entra em declínio, como realidade e conceito. Não se trata de dizer que deixará de existir, mas que está realmente em declínio, passa por uma fase crítica, busca reformular-se” (Ianni, 1994:152). Novos centros de poder que estabelecem novas redes de relações, subsidiadas por novas formas de geração e disseminação de conhecimentos, desafiam o Estado-nação na sua hegemonia e desestabilizam sua soberania.

“As noções de espaço e tempo, fundamentais para todas as ciências sociais, estão sendo revolucionadas pelos desenvolvimentos científicos e tecnológicos incorporados e dinamizados pelos movimentos da sociedade global. As realidades e os imaginários lançam-se em outros horizontes, mais amplos que a província e a nação, a região e o continente, o mar e o oceano. (Ianni, 1994:155)

Globalização e diversidade passam a conviver lado a lado, o que induz olhares viezados e unilaterais a destacar exacerbadamente ora o local, o diferente, o singular, ora o universal, o geral, o global. Na verdade, o global e o diverso se impregnam e se condicionam. Da mesma forma como o todo não existe sem suas partes, o global não existe sem o diverso, sem o indivíduo, o grupo, o nacional e o regional.

Contudo, é inegável que a sociedade global que

está em processo de constituição representa uma realidade nova e não é uma mera extensão da sociedade nacional. E, por isso, “a sociedade global se constitui como um momento epistemológico fundamental, novo, pouco conhecido, desafiando a imaginação e a reflexão de cientistas sociais, filósofos e artistas” (Ianni, 1994, p.148) Neste sentido, é permitido falar de um novo desafio epistemológico que necessita novos conceitos, novas categorias e formas de interpretação.

Com o surgimento das tendências globalizantes da sociedade e o debilitamento do nacional, altera-se a forma de presença e o papel do Estado. G. Tiramonti, num recente trabalho sobre o cenário político e educacional dos anos 90, menciona três características que, segundo ela, geram condições diferentes para a construção de políticas públicas e do espaço em que se movem os seus atores: a instalação de um novo paradigma educacional, a recuperação de um espaço de legitimidade para o Estado e a definitiva descentralização do sistema. Quanto ao segundo

aspecto que é o que nos interessa particularmente no presente contexto diz que

Se o modelo do *welfare state* se transforma, isto não pode ficar sem reflexos sobre a universidade que se colocava a serviço desse Estado.

“O novo paradigma constrói um espaço de legitimidade para o Estado, que já não se fundamenta na sua capacidade de gerar condições de bem-estar, mas de veicular o modelo, viabilizando a incorporação do país no circuito de intercâmbio mundial (de bens serviço e dinheiro) e garantindo a governabilidade do sistema” (Tiramonti, 1997:82)

O Estado, enquanto provedor do bem-estar social, estava integrado na mentalidade moderna de conquista de melhorias individuais e sociais pelo uso dos mecanismos racionais. A frustração desse modelo ensejou a virada paradigmática que coloca o Estado a serviço de um novo modelo econômico global.

“O efeito debilitante da expansão do capital transnacional sobre a capacidade de autodeterminação nacional é mais notável nos países do Terceiro Mundo que constituem o elo mais fraco da corrente de exploração planetária e na hierarquia do poder internacional. De fato, a erosão de seu poder já alcança tal dimensão que pode afirmar-se positivamente que sua governabilidade tem sido expropriada substancialmente e depositada nos centros de poder internacionais. Dentro do leque de imposições que isto implica encontram-se várias de grande importância para os processos culturais e educativos.”(Stefan, 1995:7)

Os debates políticos que assinalam a transformação do Estado transbordam para o campo educacional. Se o modelo do *welfare state* se transforma, isto não pode ficar sem reflexos sobre a universidade que se colocava a serviço desse Estado. Um exemplo da importância dessas implicações nos vem da área da sociologia. Isto nos confirma o autor norte-americano M. Featherstone ao dizer que o desafio da sociologia é o de

“teorizar e formular sistemas de investigação sistemática que possam esclarecer esses processos de globalização e essas formas distintas de vida social que tornam problemático aquilo que há muito vem sendo considerado o tema fundamental da sociologia: a sociedade, concebida quase exclusivamente como o estado nacional restrito.” (1994:8)

Hoje o Estado encontra-se em crise de desestruturação que o afeta em suas várias facetas, sua localização no nacional, sua estrutura legal, suas formas de ação através da ideologia e da repressão.

No dizer de Habermas, “após o Estado se ter desdiferenciado num entre outros sistemas funcionais controlados pelos media ele não pode ser encarado mais como instância central de

controlo na qual a sociedade concentra as suas capacidades de auto-organização” (Habermas, 1990:331). O processo de transição é determinado por uma variedade de forças que configuram um novo mundo, regido por uma economia global e uma ordem transcultural. Forças centrípedas e centrífugas que, ao assegurarem a unidade, desdobram-na em diversidade, irregularidade e instabilidade. Estabelece-se uma relação complexa entre globalidade, nacionalidade e localidade. A soberania das nações, cuja identidade era garantida pelo Estado nacional, enquanto sujeito e princípio articulador, desvanece-se num capitalismo multinacional e transterritorial. O poder econômico migrou do Estado nacional para invisíveis centros econômicos transnacionais e des-localizados. Com isto, também a substantividade do econômico tornou-se absoluto e soberano, permitindo ao Estado nacional apenas a possibilidade de adaptar-se às suas regras. Caso não o fizer será responsabilizado ante a nação por sua elite, sintonizada com os interesses do capital internacional, pelas conseqüências negativas que decorrem de seu gesto de insubordinação. A facticidade econômica não é mais determinada pelo Estado nacional, mas pelos interesses de centros econômicos transnacionais. Assim, o processo de refor-

ma do Estado o transforma de agente de promoção do bem estar social em promotor de transformações econômico-sociais que permitam a adaptação dos países ao novo padrão de desenvolvimento no interior do reordenamento mundial que tem na globalização o seu principal balizamento. O Estado deve garantir a competitividade dos países no ambiente das novas exigências do mercado globalizado.

As transformações que os sociólogos reconhecem no seu objeto de estudo - a sociedade nacional - são o sinal de outras transformações mais amplas que envolvem não apenas a sociologia, mas as relações entre o Estado e o sistema de ensino. O Estado passa a excusar-se cada vez mais de suas responsabilidades educacionais, repassando-as para setores privados. Um dos resultados desse encolhimento do Estado é a clara possibilidade de uma fragmentação do campo educacional. O Estado, guiado pela nova racionalidade econômica global, transfere para os setores privados suas responsabilidades no campo das políticas públicas. No caso específico da universidade, o Estado

deixa de ser o seu gestor e esta dissociação entre Estado e universidade representa também para esta a necessidade de uma reorientação. Quais são os requisitos

ou princípios que deverão nortear a reforma da universidade? A universidade deve adaptar-se às justificativas e estratégias econômicas, supostas tendências inexoráveis do mundo contemporâneo?

2.2 A crise da categoria “razão”

Já Max Weber reconhecia neste conceito de razão um significado altamente ambíguo. A racionalização significa para Weber “ao mesmo tempo tanto a emancipação quanto a reificação”. Enquanto reificação, a racionalização

“indica uma formalização, instrumentalização e burocratização (...) tendências que indicam um estado da sociedade no qual o ideal europeu do indivíduo autônomo se converte cada vez mais num anacronismo (...) um estado da sociedade, portanto, em que o indivíduo autônomo, esta criação e descobrimento da história européia moderna, é provável que desapareça”. (Welmer, 1994:74/75).

Esta racionalidade tende a “solapar a base social da existência dos indivíduos autônomos e racionais”, razão pela qual, para Weber, existe uma história pro-

fundamente pessimista da racionalidade moderna. (Welmer, 1994:76). A lógica racionalista moderna estaria desencadeando processos históricos que tendem a “despersonalizar as relações sociais, a dissecar a comunicação simbólica, e a submeter a vida humana à lógica impessoal dos sistemas racionalizados, anônimos e administrativos” (Welmer, 1994:77)

Semelhante crítica parte dos filósofos neomarxistas da Escola de Frankfurt ao reconhecerem, na dialética da razão, uma dialética negativa que depois de prometer a salvação do homem pelo uso correto da razão (Kant) levou a uma “alienação dos homens com relação aos objetos dominados”. Na palavras de Adorno, “no projeto da mitologia à logística, o pensamento perdeu o elemento da reflexão sobre si mesmo, e hoje a maquinária mutila os homens mesmo quando os alimenta.” (Adorno, 1995:48). Com isso o esclarecimento teria abdicado de sua própria realização. Para os frankfurtianos “a dialética do progresso se torna negativa, aspirando à destruição da razão mais bem que sua realização.” (Welmer, 1994:79). Na Dialética da Razão relacionam o caráter unidimensional dos processos modernos de racionalização à reificação e a instrumentalização da razão que destrói a capacidade de pensar autônoma do indivíduo. “Com o conceito de ‘razão instrumental’, Horkheimer e Adorno procuravam ajustar contas com um entendimento calculador que usurpou o lugar da razão.” (Habermas, 1990:120). Na verdade, o que fazem é dizer que a ilustração abandonou o verdadeiro conceito de razão.

A crítica adorniana à racionalidade instrumentalizadora e identificadora levou-o a um grande pessimismo com relação às possibilidades do homem evadir-se das teias desta racionalidade. A unidimensionalidade da razão teria se fixado como um caminho sem volta porque a razão como um todo teria se reduzido a esta dimensão. Para Adorno, o único espaço que sobra da racionalidade humana global é o da autêntica obra de arte de vanguarda porque a obra de arte obedece a um tipo de lógica que é marcadamente diferente da lógica repressiva, característica do pensamento indenficador. (Wellmer, 1994:84).

Quem procura “salvar” a razão do pessimismo desalentador de Horkheimer/Adorno é seu jovem e

crítico discípulo J.Habermas.³ Este introduz a diferenciação, não percebida pelos primeiros frankfurtianos, entre o mundo dos fatos objetivos, o mundo das normas sociais e o mundo da experiência interior. O mundo objetivado e racionalizado, aberto apenas à racionalidade lógica tradicional, estaria começando a sentir a reação do “mundo da vida”, aberto à racionalidade comunicativa. O dogmatismo racionalista tradicional estaria sendo quebrado pela imposição de um novo requisito de validade: o argumento. Para Habermas, há indícios de que a racionalidade comunicativa, que se orienta no princípio da argumentação, além de ser característica fundamental da fala humana, estaria estabelecendo-se nas formas contemporâneas de organização social na democracia. A história do capitalismo, que até o presente vem sendo dominado pelas forças de racionalização do sistema, ainda mostra um domínio sobre o comunicativo, mas as “contra-forças” que se opõem a esta racionalidade que coloniza o mundo vital, está tomando novo impulso. Elas manifestam-se nos novos movimentos sociais que abrem a perspectiva de inversão deste processo.

“Por conseguinte, dá-se um giro nos temas básicos dos novos movimentos sociais: estes novos movimentos sociais defendem cada vez mais a integridade do mundo vital como tal contra a lógica de um processo de racionalização sistemático que ameaça empurrar os indivíduos até os limites de sistemas completamente reificados.” (Wellmer, 1994:95).

Para Habermas, o curso que tomou o processo de racionalização, que se tornou hegemônico no mundo moderno, é apenas um dos caminhos possíveis. Há diferentes constelações para o relacionamento entre o sistema e o mundo vital e, na sua leitura, os movimentos sociais atuais indicam que a possibilidade de mudança do modelo tradicional não está excluída. O novo modelo seria o da “sociedade emancipada” na qual “o mundo da vida não estaria de antemão submetido aos imperativos do manutenção do sistema. O mundo vital racionalizado estaria mais bem submetendo os mecanismos sistemáticos às necessidades dos indivíduos associados.” (Wellmer, 1994:97).

Como se vê, Habermas não abandona o conceito de racionalidade⁴ moderna, mas reconhece sinais de

3 “Foi face a este segundo elemento que Horkheimer e Adorno deram o passo verdadeiramente problemático; entregaram-se, tal como o historicismo, a um cepticismo desenfreado perante a razão, em vez de ponderar os motivos que permitem duvidar desse próprio cepticismo” (Habermas, 1990:129)

4 “Nem que seja por razões metodológicas, não creio que nos seja possível (...) transformar o racionalismo ocidental num objeto que nos é estranho, passível de ser observado numa atitude de neutralidade, e que, assim, consigamos colocar-nos simplesmente do lado de fora do discurso da modernidade.” (Habermas, 1990:17)

abertura de uma nova dimensão do racional, capaz de abranger o indivíduo interior, o mundo vital, a *praxis* que envolve a face moral do ser humano. Estes espaços correspondem a interesses fundamentais do ser humano (*interesse técnico, interesse comunicativo e interesse emancipatório*) que, obedecendo, em última análise, à mesma lógica, buscam a emancipação do humano. O erro de curso, portanto, foi a unidimensionalização da razão (Marcuse) pelo científico-técnico, (útil na leitura e domínio do real objetivo), em detrimento das outras dimensões, igualmente humanas, que ficaram relegadas ao campo 'secundário' do não-científico. Neste sentido, Habermas não fala do fim da modernidade, mas de um *projeto inacabado* que precisa ser complementado pelas novas dimensões da racionalidade prático-moral e da racionalidade estética.

Os pensadores, que desde Lyothard são chamados pós-modernos⁵, ao contrário, acreditam no fim da modernidade e criticam Habermas dizendo que ele não teria feito outra coisa senão propor uma nova metanarrativa que seria a metanarrativa da emancipação, ainda mais geral e abstrata que as metanarrativas freudiana e marxista. (Rorty, 1994:254)

Na base do discurso de Habermas, está a tese da "argumentação" como o caminho que deve levar ao *consenso*. Este *consenso*, sempre provisório e histórico, mas com perspectiva de validade universal, é substituído em Lyothard pelo discurso do "dissenso". "A novidade", diz Lyothard, "é que, neste contexto, os antigos pólos de atração formados pelos estados-nações, pelos partidos, pelas profissões, pelas instituições e pelas tradições históricas perdem o seu atrativo". (1985:36). Decompõem-se as "grandes narrativas", dissolvem-se os "vínculos sociais", instalam-se os "jogos de linguagem". Para Lyothard, as narrativas são as histórias que prometem avanço, progresso, emancipação (o que nunca cumprem⁶) e servem, para legitimar normas, leis, e instituições sociais. A narrativa do esclarecimento promete a emancipação do ser humano pelo uso da razão e com esse dispositivo justifica a imposição de todo um conjunto de relações sociais. Instala-se um metadiscurso do saber que se torna um princípio de unitotalidade como paradigma

de legitimação para todo o particular. Para Lyothard e os pós-modernos é esta a idéia que está se desfazendo: "O recurso às grandes narrativas está excluído; não se pode portanto percorrer nem a dialética do espírito nem mesmo a emancipação da humanidade para a validação do discurso pós-moderno." (1985:117). E mais adiante: "A tônica agora coloca-se sobre o dissonante". Estas dissonâncias, que é o que coloca em risco o sistema (também o da racionalidade), foi sempre reprimido "por vezes durante décadas, por desestabilizarem demasiado violentamente as posições adquiridas, não somente na hierarquia universitária e científica, mas também na problemática." (1985:122). O pensador italiano G. Vattimo resume bem o pensamento pós-moderno:

"Uma vez desaparecida a idéia de uma racionalidade central da história, o mundo da comunicação generalizada estala como uma multiplicidade de racionalidades 'locais' - minorias étnicas, sexuais, religiosas, culturais ou estéticas (...) -, que tomam a palavra e deixam finalmente de ser calados e reprimidos pela idéias de que só existe uma forma de humanidade verdadeira digna de realizar-se, com menosprezo de todas as peculiaridades, de todas as individualidades limitadas, efêmeras, contingentes" (1990:17).

Para Vattimo, o homem carece de fundamento, de centro; a história não tem cimento nem eixo; não temos nenhum lugar firme de onde possamos julgar a história de forma objetiva. Isto equivale a um relativismo histórico que nega todo o projeto histórico, toda a normatividade, todo o sentido totalizante. Mas, mesmo assim, Vattimo mostra-se incomodado com a radicalidade de Lyothard e, resistindo ao abandono completo das narrativas, busca sentido na perda de sentido. Os pós-modernistas alcançam notável grau de unanimidade quanto ao fato de já não haver mais possibilidade de consenso. Para eles desapareceu a autoridade final e a possibilidade de se pensar a totalidade organicamente. Mesmo não concordando com a declaração pós-modernista do fim da história sua crítica atinge momentos essenciais da racionalidade moderna e sugere, por conseguinte, a necessidade de um aparato conceitual novo.

Tanto Habermas com seu depoimento mais cauteloso e menos radical com relação à racionalidade moderna quanto os pós-modernos ao afirmarem que a modernidade é uma época já terminada, levam à mesma conclusão: o conceito de racionalidade iluminista está envolvido em profunda crise da qual sairá com certeza transformado ou ampliado. Conforme diz Connor, "pode já não ser possível negar que o

5 O pensamento pós-moderno, cujos fundamentos são lançados por Nietzsche e Heidegger, inclui nomes como Foucault, Derrida, Bataille, Lyothard, Baudrillard, entre outros. Ainda que sejam coletivamente designados de pós-modernos, cada um desses autores sustenta, em muitos aspectos, pontos de vista próprios, diferentes dos demais.

6 Auschwitz seria a prova cabal disso.

pós modernismo existe, visto que o debate crítico sobre ele pode ser visto, em parte, como a prova de sua existência”.

O leitor que acompanha estas reflexões estará se indagando quais as conclusões que daí se podem tirar para a academia e sua avaliação. Na verdade, dos pontos assinalados ainda não há conclusão a tirar, apenas considerações a fazer. Uma conclusão daria a idéia de meta atingida, de saber conclusivo, de descanso e é precisamente este conforto que a pós-modernidade nos levou. O conhecer e as atitudes práticas que a partir dele venham a ser organizadas devem ser, cada vez mais, entendidas como processo amplo, abrangente e permanente, mas também sempre provisório, datado e localizado. Modernidade e pós-modernidade não se encontram numa relação de superação de uma pela outra, mas numa relação dialética. “A pós-modernidade oferece-nos a possibilidade de uma visão crítica da modernidade. Não o fim da modernidade, mas a possibilidade de uma modernidade reconstituída. Pedindo contas à modernidade, exigindo que sejam reconhecidos tanto os seus custos como os benefícios, tanto as suas conseqüências inesperadas como os limites, a pós-modernidade re-(a)presenta a modernidade. Em certo sentido, constitui um balanço, a compreensão de que algumas coisas não irão acontecer e, simultaneamente, de que outras poderão ser bem inescapáveis ou inevitáveis.” (Smart, 1993:141)

3. Considerações sobre a avaliação de uma instituição em crise

São grandes as dificuldades de apreender o que está muito próximo de nós. Parece que o conhecimento necessita do distanciamento a partir do qual ele possa olhar seus objetos já decantados, fixos, livres e desconectados do fluxo e das incertezas do agora. O imediato e fluido representa um risco conceitual que, se assumido, expõe a imprecisões e erros. De outra parte, quando se deseja preservar o conhecimento do instável, chega-se sempre tarde demais à cena da experiência. (Connor, 1989:11). Uma das características de nosso tempo, marcado pelas mudanças que se sucedem umas às outras num ritmo estonteante, o cientista (sobretudo o cientista social) cada vez menos pode deixar de voltar-se para o presente, mesmo sabendo dos riscos que corre. À revelia das exigências do proceder científico, experiência e conhecimento aproximam-se num contínuo comple-

to, levando o cientista a capturar e organizar momentos da fluidez para, a partir deles, elaborar diagnósticos e perspectivas de desenvolvimento. O trabalho crítico e teórico, que envolve a avaliação universitária, está exposto a esta mesma provocadora insegurança quando a universidade experimenta e pensa a si mesma. Para a análise do seu momento presente,

ela não encontra um posto de observação devidamente distanciado que a proteja de enganos e erros. A universidade está na eminência de perder seu distanciamento crítico que lhe era garantido pela muralha que a modernidade lhe havia

construído. Ela é obrigada a descer o “Königsberg” do refúgio estatal ou da razão reflexiva de princípios transcendentais e buscar sua identidade na planície dos acontecimentos transicionais. De outra parte, porém, continua a se esperar da universidade que preserve um posicionamento crítico que pressupõe isenção e distanciamento. Mas, para tanto, em que princípios poderá fundamentar-se? Se a universidade se entrega à lei do mercado, ela se coloca numa situação de indignação crítica. Se ela, ao contrário, opta pelo distanciamento crítico, desvia-se das exigências práticas e imediatas de transformação social. A dialética entre estes extremos é o dilema que gera a crise do modelo tradicional de universidade e, ao mesmo tempo, o campo tensional no qual ela deve encontrar a sua nova identidade. Trata-se de uma crise de identidade que, conforme tentei argumentar, está relacionada à desestabilização das duas principais narrativas da modernidade, a política e a filosófica, vale dizer, usando os termos anteriores, dos conceitos de Estado e Razão, alicerces da universidade moderna. Com a desestabilização desses conceitos, desestrutura-se também a identidade tradicional moderna da academia. Não há dúvida, como afirma Marília Gouveia de Miranda, que

“a centralidade do conhecimento (da informação, da produção do conhecimento e de sua difusão) e a implícita mudança da concepção do conhecimento parece ser uma idéia para a qual convergem todos os discursos, todas as propostas, todos os chamados atores sociais. Afinal, não se pode negar que o impacto da globalização, associado à revolução tecnológica, impõe um novo padrão de conhecimento: menos discursivo, mais operativo; menos particularizado, mais interativo, comunicativo; menos intelectual, mais pragmático; menos setorializado, mais global; não apenas fortemente cognitivo mas também valorativo.” (1997, 41)

Modernidade e pós-modernidade não se encontram numa relação de superação de uma pela outra, mas numa relação dialética.

Também está correto Ianni ao lembrar que

“o paradigma clássico, fundado sobre a reflexão sobre a sociedade nacional, está sendo subsumido formal e realmente pelo novo paradigma, fundado na reflexão sobre a sociedade global. (...) A sociedade nacional não dá conta, nem empírica nem metodologicamente ou histórica ou teoricamente, de toda a realidade na qual se inserem indivíduos e classes, nações e nacionalidades, culturas e civilizações.” (1994:148)

Com isso, desestabilizam-se não apenas aqueles dois conceitos que agora necessitam de nova legitimação (Habermas), mas perturba-se a relação da universidade com eles. De certa forma, a universidade foi privada de sua segurança transcendental e de sua orientação teleológica, antes ditadas pelo Estado e Razão. Da mesma forma, portanto, como Razão e Estado devem repensar-se, ou para usar a terminologia de Habermas legitimar-se novamente (e constantemente), também a universidade precisa repensar-se. Se Brunner tem razão ao afirmar que “torna-se imperioso encontrar uma nova relação entre a universidade, governo, as indústrias e a sociedade, relação que só pode estabelecer-se a partir de uma mudança de orientação e de função do Estado”(1990:173), é necessário acrescentar que, de outra parte, também a universidade precisa refletir sobre sua função e identidade no novo contexto social que hoje vivemos. E, neste sentido, ela necessita dar-se novos fundamentos.

Dos ensinamentos de Habermas, que destaca a argumentação direcionada ao consenso (ainda que provisório), aprendemos que os objetivos e fins da universidade devem ser estabelecidos a partir de uma dialógica social e não a partir de um compromisso abstrato e alienado com uma racionalidade para além de qualquer inserção social. De outra parte, o universalismo imperialista, tão afeto à racionalidade moderna e assimilado pela universidade, deve ser redimensionado pela valorização do local e do regional. Neste sentido, impõe-se que, além de refletir sobre seu *status* no interior das macro-transformações que a sociedade vem sofrendo, a universidade repense também sua vocação específica relativamente ao seu ponto de inserção social.

Com isso, a universidade se vê diante de questões básicas que a afetam não apenas em sentido performático, mas na sua dimensão fundante. A avaliação, portanto, e esta é a nossa questão de fundo, não se restringe à mensuração de sua performance relativamente às suas tradicionais funções de pesquisar, ensinar e prestar serviços, mas envolve tam-

bém sua existência, sua identidade. Nesta perspectiva, abre-se um novo rol de perguntas que precisam ser respondidas. Como fará a universidade para preservar seu potencial crítico em meio ao envolvente pancapitalismo que atinge a sociedade contemporânea? Qual será o novo modelo de universidade depois que a tradicional foi “expulsa do seu refúgio estatal para as ruas do mercado, deslocada de seus hábitos, de seu paradigma, de sua familiaridade, sua tradição”? (Thayer). Como ela se posiciona ante os paradigmas utilitaristas que impregnam a sociedade contemporânea e orientam suas expectativas com relação às instituições? Qual o discurso que ela assumirá, o interno orientado em princípios que transcendem o jogo e os interesses pragmáticos ou o externo que a submete ao político e econômico? Ou, quais serão as características de um novo modelo que se estruture a partir da confluência destas duas alternativas? Que amplitude, conteúdo e sentido deve ter o conceito de produtividade quando aplicado à universidade? Qual será o novo modelo de universidade ante “a perda de peso das grandes palavras que mobilizaram os homens e as mulheres da modernidade ocidental (verdade, liberdade, justiça, racionalidade), pelo desencanto, afinal, ante noções como razão, história, progresso ou a emancipação”(Mardones,1990:21)? Como se portará a universidade ante a substituição do rigor e da objetividade pela “episteme mais plástica e flexível da ‘diferença’, da ‘descontinuidade’, da ‘desconstrução’ da ‘disseminação’”(Mardones)? Como administrará a universidade seu espaço e tempo ante uma época de fruição do permanentemente novo, inaugural (Vattimo), onde predomina um sujeito débil, acrítico e desmemorizado, entregue ao desfrute do momento?

A avaliação é uma incitação a falar e a pensar a universidade com conceitos e noções que transbordam o acadêmico. É a pergunta central desta avaliação, que antecede às questões de operacionalidade, refere-se ao significativo da universidade. Trata-se de um debate muito mais radical porque o que está em jogo não é apenas a performance que, aliás, pode ser lida, em certa medida, como uma resistência conservadora através da permanente adaptação às novas exigências sociais, mas de sua própria razão de ser. Embora, como já salientei anteriormente, a avaliação do desempenho seja importante, é preciso colocar em tela a universidade enquanto tal, isto é, trazer para o campo da reflexão a transição do modelo de universidade moderna para um novo modelo que ninguém ainda sabe qual será. O pragmatismo político, atualmente em curso, com relação às universidades públicas que

as inclui no processo de desmonte do Estado e de apoio ao privatismo generalizado, é indicador seguro de que esta pergunta não é meramente retórica.

A universidade transita do Estado para o mercado, da razão para a heteronomia, sem que esta travessia seja acompanhada por uma reflexão aprofundada das conseqüências. O que virá depois? Esta é a pergunta que os acadêmicos devem buscar responder e, talvez, a resposta motive propostas alternativas ou resistências. A universidade necessita hoje de uma nova fundamentação filosófica, como ocorreu no momento de sua instituição como universidade moderna. Foi o contexto das transformações que haviam ocorrido,

elaborado pelo pensamento de Kant, Fichte, Schleiermacher, Humboldt, Comte, Taine, Descartes e outros, que deu uma nova orientação à universidade medieval, ligando-a às duas forças diretoras então emergentes, a razão e o Estado. Hoje vive-se novamente uma época de profundas transformações em que precisamente aqueles fundamentos modernos estão sendo questionados e a universidade deve resistir a uma reflexão mais radical e aberta sobre si mesma. Numa palavra, é preciso lançar a pergunta sobre o perfil que deverá ter a nova academia do próximo século, que irá nascer das transformações já em curso.

Bibliografia

- ADORNO, TH. (1985) *Dialética do Esclarecimento*, Rio de Janeiro, Zahar
- BERNSTEIN, R.J. (1994) *Habermas y la Modernidad*, Madrid, Edit. Catedra
- BRUNNER, J.J. (1995), *Educación Superior en America Latina: Cambios y Desafios*, Santiago, Fondo de Cultura
- CRUB, *Estudos e Debates* 14, (1988) Brasília, FNDE/MEC
- FEATHERSTONE, M. (1994) *Cultura global, nacionalismo, globalização e modernidade*, Petrópolis, Edit. Vozes
- HABERMAS, J. (1990) *O Discurso filosófico da Modernidade*, Lisboa, Dom Quixote
- IANNI, O. (1994) *Globalização: Novo paradigma das Ciências sociais*, *Estudos Avançados* (8)21 p.147-163, Inst. de Estudos Avançados (USP)
- LYOTHARD, J.-F., *A Condição Pós-moderna*, Lisboa, Public. Gradiva
- MARDONES, J.M. (1999), *El Neoconservadorismo de los Posmodernos*, Barcelona, Anthropos
- MARCUSE, H. (1997) *Cultura e Sociedade*, São Paulo, Ed. Paz e Terra
- MIRANDA, M.G.de (1997) *Novo Paradigma de Conhecimento e Políticas Educacionais na América Latina*, *Cad.Pesqu.* n.100, p 37-48
- RORTY, R. (1994) *Habermas y Lyothard sobre la Posmodernidad* in *Bernstein R.J. Habermas y la Modernidad*, Madrid, Edic. Catedra, p.253-256
- SMART, B (1993) *A Pós-modernidade*, Portugal, Publicações Europa-América
- THAYER, W. (1996) *La Crisis no moderna de la Universidad moderna*, Santiago de Chile, Edit.Quarto Próprio
- TIRAMONTI, G. (1997) *O Cenário político e educacional dos anos 90: A nova Fragmentação*, in *Cad.Pesqu.* n.100, p.79-91
- STEFAN, H.D.(1995) *Globalización y Educación en America Latina*, Mexico, Universidad Autónoma Metropolitana (Manuscripto)
- VATTIMO, G. y otros (1990) *En Torno a la Posmodernidad*, Barcelona, Athropos
- WELMER, A (1994) *Razón, Utopia, y la Dialectica de la Ilustración*, in: *Bernstein, R.J.. (org.) Habermas y la Modernidad*, Madrid, Edic. Catedra, p. 74/75